

4,8 milhões desistiram de buscar vaga

Por **Thaís Carrança**

O país tinha um contingente de 4,8 milhões de pessoas em desalento - ou que desistiram de procurar emprego - no segundo trimestre deste ano, de acordo com dados complementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior contingente da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012. O número supera o recorde anterior, registrado no primeiro trimestre (4,6 milhões), e o do segundo trimestre de 2017 (4 milhões).

Desalentada é a pessoa que está fora da força de trabalho. Ou seja, não está empregada nem procurando vaga, por diferentes razões, como achar que não conseguiria trabalho, que não tinha a experiência necessária, por se considerar muito jovem ou idosa ou por não encontrar emprego na localidade. São, portanto, pessoas que não estão procurando emprego, mas aceitariam uma vaga se alguém oferecesse.

Desalento recorde

Número de trabalhadores - em mil



Fonte: IBGE

1

INFORME

A taxa de desalento no segundo trimestre deste ano ficou em 4,4% da força de trabalho ampliada, também maior percentual da série histórica. Entre as unidades da Federação, Alagoas (16,6%) e Maranhão (16,2%) registraram as maiores taxas de desalento, e Rio de Janeiro e Santa Catarina, as menores, 1,2% e 0,7%, respectivamente.

Para o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, o mercado de trabalho do país piorou de tal forma nos últimos anos que apenas a taxa de desemprego não dá mais conta de explicar a situação.

Ele observa que, apesar de a taxa ter encerrado o segundo trimestre em 12,4%, em queda tanto em relação ao primeiro trimestre (13,1%), quanto na comparação com o segundo trimestre de 2017 (13%), o número de trabalhadores subutilizados cresceu 1,3 milhão na comparação anual, com um avanço de 838 mil somente para os que estão em situação de desalento

"O crescimento do número de trabalhadores subutilizados revela que a situação do mercado de trabalho do Brasil é pior do que sugere a taxa de desocupação", diz Azeredo. "Essas medidas mostram que o mercado de trabalho não está em evolução."

Subutilizado é um conceito que abrange três grupos de trabalhadores: os desempregados, os subocupados por insuficiência de horas (pessoas empregadas que gostariam de trabalhar mais) e a chamada força de trabalho potencial (pessoas que não buscam emprego, mas estão disponíveis para trabalhar).

No segundo trimestre de 2018, em relação a igual trimestre do ano anterior, o número de desocupados diminuiu em 520 mil pessoas, para 13 milhões. Por outro lado, o contingente de subocupados ganhou 679 mil pessoas, num total de 6,5 milhões. Já a força de trabalho potencial cresceu em 1,1 milhão de pessoas, para 8,2 milhões.

O número é ainda mais relevante num contexto eleitoral, em que os candidatos precisam apresentar suas propostas para resolver a situação do emprego. "Na hora de conceber políticas para emprego, elas têm que abranger mais do que aqueles 13 milhões de desocupados da Pnad Contínua, precisam considerar esses 27,6 milhões de subutilizados", diz Azeredo. "Essas não são pessoas que não estão trabalhando porque tiraram um ano sabático", completou.

Conforme o coordenador do IBGE, para que se tenha maior clareza do quadro completo do mercado de trabalho, o instituto planeja informar os dados de subutilização mensalmente, já a partir da próxima divulgação.

INFORME

Um em cada quatro trabalha por conta própria no Sudeste

Por Hugo Passarelli

A região Sudeste bateu, em valores absolutos, um recorde pessoas trabalhando por conta própria no segundo trimestre, atingindo um contingente de 9,5 milhões de pessoas, segundo dados complementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Isso significa que praticamente uma em cada quatro pessoas ocupadas na região está no emprego informal. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro também registraram a maior quantidade já vista de trabalhadores nessa condição, com 4,7 milhões e 2 milhões de pessoas, respectivamente. Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, o número de ocupados por conta própria em São Paulo teve a maior alta entre as 27 unidades da Federação, de 9,5%, seguida por Acre (9,3%), Minas Gerais (4,9%) e Rio de Janeiro (4,6%).

Em todo o Brasil, são 23 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, patamar próximo ao recorde da série histórica, de 23,2 milhões no fim de 2017. A Pnad Contínua tem dados a partir de 2012. "O emprego formal está igualmente ruim entre as regiões, mas ao menos nas mais dinâmicas é possível se inserir em algum tipo de negócio. O incentivo é maior para virar conta própria em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, porque esses locais têm capacidade de absorver esse trabalhador", diz Cosmo Donato, economista da LCA Consultores.

Apesar do quadro generalizado de maior precarização, o trabalhador por conta própria paulista ainda vive situação mais favorável, em termos de renda, que os dos demais Estados, ressalta Donato. Em São Paulo, os conta própria com CNPJ tem um rendimento médio real de R\$ 4.053, 27,3% a mais do que a média brasileira. Já os paulistas sem CNPJ conseguem renda de R\$ 1.663, valor 28,5% superior à média. A comparação entre regiões brasileiras também evidencia a desigualdade de renda. Os trabalhadores por conta própria sem CNPJ do Nordeste recebem, em média, metade do que pessoas em igual situação no Sudeste.

O economista-sênior do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso, destaca que o aumento dos conta própria não significa uma "guinada empreendedora" do brasileiro. "Há mais dificuldade de encontrar um emprego formal e o trabalhador acaba utilizando a abertura de negócio para garantir renda", afirma. Os dados complementares da Pnad, segundo Pedroso, atestam que a recuperação do mercado de trabalho ainda é bastante frágil. "É uma retomada qualitativamente ruim por causa da precariedade do emprego", diz.

(Fonte: Valor Econômico – 17/08/2018)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

23% dos desempregados são chefes de família

País tem 2,95 milhões de brasileiros entre 40 e 59 anos sem trabalho, o que preocupa o IBGE

Nicola Pamplona Larissa Quintino - RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Há sete meses, Antônio Carlos Santos Caires, 46, tenta uma recolocação no mercado. Ele perdeu o emprego como analista de distribuição em uma empresa de comunicação em janeiro e, desde então, engrossa uma estatística que reforça o cenário de deterioração do mercado de trabalho brasileiro: o desemprego a partir dos 40 anos. Esse grupo ainda tem taxas de desemprego menores do que o dos jovens, mas vem ganhando cada vez mais espaço entre o contingente de brasileiros em busca de trabalho. No segundo trimestre, os brasileiros com idade entre 40 e 59 anos representavam 22,7% dos desempregados. São 2,95 milhões de pessoas, crescimento de 131% em relação ao segundo trimestre de 2014, antes da crise econômica que teve impactos profundos no mercado de trabalho.

No período, 1,67 milhão de trabalhadores dessa faixa etária perderam o emprego. "É preocupante, porque mostra que o desemprego atingiu uma parcela da população que não pode de forma nenhuma ficar desempregada", diz o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo. Em geral, são chefes de família e, ao contrário dos mais jovens, têm menor possibilidade de voltar à casa dos pais. A taxa de desemprego entre os brasileiros de 40 a 59 anos é de 7,5%, bem abaixo da média —no segundo trimestre, foi de 12,4%— e dos indicadores das parcelas mais jovens da população --na faixa de 18 a 24 anos, chega a 26,6%, e na de 25 a 39, a 11,5%.

A taxa de desemprego recuou no segundo trimestre

Taxa de desemprego por trimestre, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

INFORME

Trata-se, porém, de um grupo tradicionalmente com maior resistência ao desemprego, por ter um nível de qualificação mais elevado, e com maior potencial para empreender, mesmo que na informalidade.

Por isso, diz o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, a aceleração do desemprego nesse grupo é um sinal a mais de deterioração do mercado, que já vem empurrando cada vez mais gente para o desalento --quando a pessoa desiste de procurar nova vaga.

"Quando o desemprego atinge essa parcela da população, é um sinal de que nem a informalidade está dando conta de absorver as pessoas que perdem o trabalho, que a precarização do mercado é bastante forte", diz ele.

Raio-X do emprego no país

Em milhares

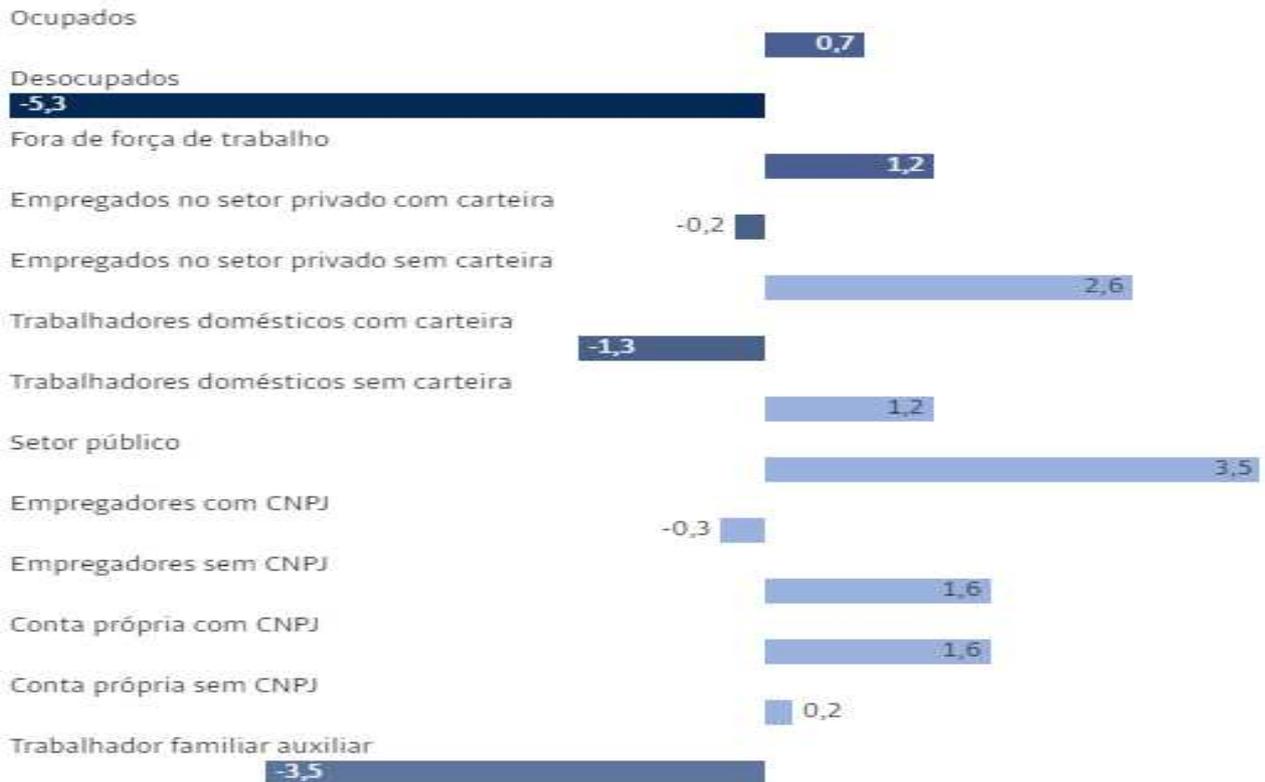


Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

INFORME

Raio-X do emprego no país

Em % sobre o trimestre anterior



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Com três filhos, Caires vem recorrendo a bicos para pagar as contas: conserta celulares e aparelhos eletrônicos. A família também está se virando para ajudar. A mulher trabalha como freelancer em um salão de beleza e a filha mais velha, de 18 anos, terminou o ensino médio e trabalha em um bico como monitora em transporte escolar para colaborar.

"Tratamos um mês de cada vez. O bom é que todos são muito participativos, então eu mostro o que dá para dar para cada um de mesada por mês, quando dá, e o que vai para pagar as contas", diz ele, que sacou nesta quarta-feira (15) a última parcela do seu seguro-desemprego.

Com outros dois filhos de 11 e 12 anos, Caires afirma que, para ajustar o orçamento reduzido às necessidades da casa, reúne todos para mostrar o que a família dispõe por mês. "É uma situação difícil, mas acho que é um aprendizado para a vida deles também." 6

INFORME

A família cortou as saídas para o cinema, jantares fora de casa e provavelmente não renovarão o seguro do carro no próximo mês. "Só vou fazer isso se tiver um emprego."

Além da dificuldade de sustentar a casa sem ter um salário fixo, Caires afirma que a cada dia que passa, acha a recolocação mais difícil, outro ponto de preocupação apontado pelo coordenador do IBGE em relação a essa parcela da população.

A fila do desemprego só aumenta no país. No segundo trimestre, 3,16 milhões de pessoas estavam há mais de dois anos procurando trabalho sem encontrar, o maior número desde o início da série histórica, em 2012.

Segundo Azeredo, a recolocação é mais difícil para faixas etárias mais elevadas. "Me cadastrei em diversas agências de emprego e até hoje só me pediram um currículo para entrevista, que foi por indicação", diz Caires.

Ele afirma que, para não desanimar, segue a rotina de enviar currículos e checar o email pela parte da manhã e, no período da tarde, corre com os bicos. Além de crescer entre os mais velhos, o desemprego afeta mais pretos e pardos.

Dos 12,9 milhões de desempregados no segundo trimestre, 64,1% se declararam pretos e pardos.

Em 2012, quando a série histórica da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua) foi iniciada, pretos e pardos representavam 59,1% do total de desempregados.

No trimestre encerrado em junho, segundo o IBGE, a taxa de desemprego de entrevistados que se declararam pretos era de 15% enquanto a de pardos, de 14,4%. Entre os que se declararam brancos, o número era menor: 9,9%.

Para o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o dado reforça a necessidade de políticas para reduzir as desigualdades no mercado de trabalho brasileiro.

Em relação ao nível de instrução, o desemprego é bem maior entre aqueles que não completaram ensino médio (21,1%).

Entre os que têm curso superior completo, é de 6,3%.

Em relação ao contingente de desempregados, porém, o maior grupo é aquele que tem ensino médio completo.

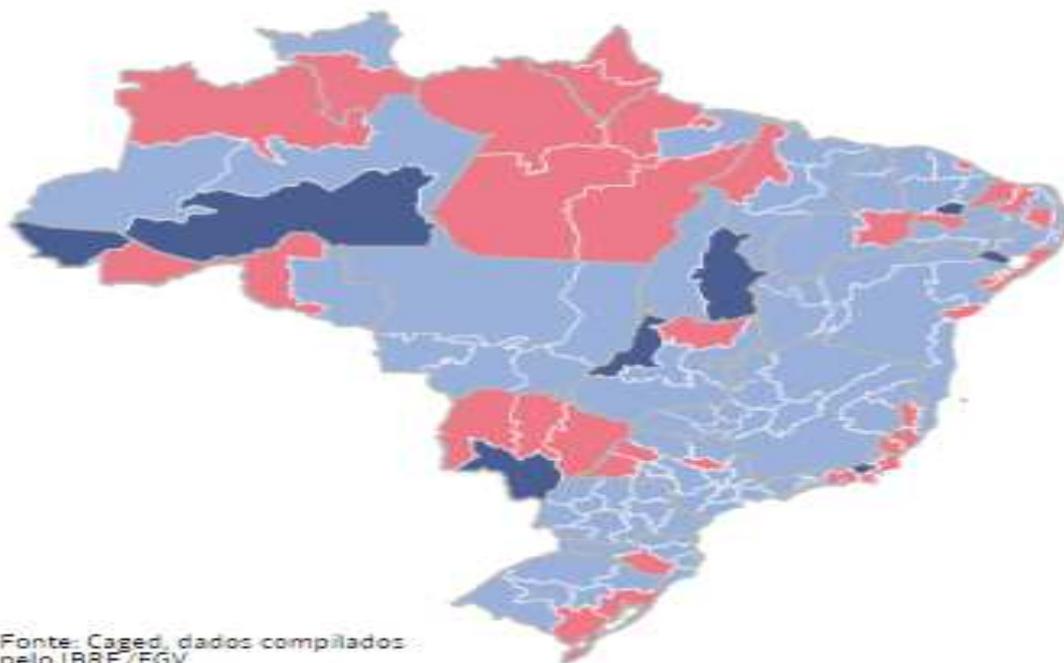
Retomada desigual de emprego deixa regiões em nível pré-crise

Lucas Vettorazzo - RIO DE JANEIRO

A geração de vagas formais no primeiro semestre deste ano é maior do que a registrada no período pré-crise, quando cerca de 150 mil vagas foram criadas ao longo de todo o ano de 2014. Foram criadas no período 392,4 mil postos de trabalho formais. Essa retomada, contudo, tem sido desigual pelo país, indicam dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

Saldo de empregos com carteira assinada em 2018, segundo as mesorregiões

- 880 – -500 extinção de vagas
- 500 – 0 leve extinção de vagas à estagnação
- 0 – 500 estagnação à leve geração de vagas
- 500 – 1.000 geração de vagas



Fonte: Caged, dados compilados pelo IBRE/FGV

Os dados, no entanto, incluem os contratos intermitentes, que não têm jornada fixa e têm sido computados no Caged como emprego mesmo sem que a pessoa trabalhe de fato. O estudo foi feito pelo Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV (Fundação Getúlio Vargas), que analisou a geração de vagas em todas as mesorregiões.

INFORME

Enquanto a região metropolitana de São Paulo, a maior do país em quantidade de habitantes, lidera o ranking de geração líquida de vagas formais, a metropolitana do Rio, a segunda maior, está no topo das que mais fecharam vagas. Os dados são do acumulado de 12 meses encerrados em junho deste ano. A Grande São Paulo gerou 31.670 vagas formais no período, puxadas pela indústria e setor de serviços. Já o Rio registrou saldo negativo de 38.378 vagas período.

A segunda colocada no ranking dos piores desempenhos é a região norte fluminense, dos municípios petroleiros de Macaé e Campos dos Goytacazes, com saldo negativo de 5.767 vagas no período. O cenário condiz com a realidade do Rio no período pós-realização de grandes eventos esportivos. Muitos trabalhadores da construção civil que participaram das obras da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016 não encontraram empregos formais com o fim dos trabalhos e migraram para a informalidade. Já o setor de petróleo e gás sofre com a paralisia da Petrobras.

Apesar das perdas pontuais em algumas mesorregiões, o estudo identificou que, em junho deste ano, quase dois anos depois do período mais agudo de crise econômica no Brasil, a maior parte das regiões brasileiras se encontra em patamares de geração de vagas equivalentes ou até superiores ao verificado em 2014.

Para o consultor do Ibre/FGV Tiago Cabral Barreira, responsável pelo levantamento, a notícia ainda está longe de ser boa. "Embora estejamos em patamares pré-crise em muitos locais, é importante dizer que perdemos 1,32 milhão de empregos formais em 2016 e geramos menos de 400 mil neste primeiro semestre. O ritmo em geral está melhorando, mas ainda vamos demorar para voltar ao nível em que já estivemos", disse Barreira.

O pesquisador ressalta ainda que os empregos formais gerados têm sido de baixa qualificação, encontrados, por exemplo, em setores como alimentação e alojamentos. As disparidades regionais no país ficam mais evidentes quando analisadas regiões que vivem do agronegócio e que tiveram resultados distintos em junho. A região norte de Mato Grosso, por exemplo, ficou em sétimo lugar no ranking das com melhor saldo de geração de vagas nos 12 meses encerrados em junho. O saldo líquido no período foi de 9.259 vagas, puxadas pelo bom desempenho da pecuária local.

Já o leste de Mato Grosso do Sul teve uma perda líquida de 4.408 vagas no período. O estado é um importante produtor de soja do país, que registrou safra recorde neste ano e também queda nos preços do produto.

(Fonte: Folha de SP – 17/08/2018)